

Abuso de direito, abuso de formas jurídicas e falta de propósito negocial – impacto das decisões do CARF

Paulo Roberto Riscado Junior



Livro – “Planejamento Tributário à Luz da Jurisprudência” (Coord. Douglas Yamashita, Lex Editora)

	STF – fraude à lei	Felipão - simulação	Inc. às avessas - simulação
Doutrinador 1	?	Elisão lícita	Fraude à lei
Doutrinador 2	Elisão lícita	Elisão lícita	Elisão lícita
Doutrinador 3	Simulação	Elisão lícita	Abuso de direito
Doutrinador 4	Simulação	Elisão lícita	Simulação
Doutrinador 5	Elisão lícita	Elisão lícita	?
Doutrinador 6	Fraude à lei	Elisão lícita	Fraude à lei
Doutrinador 7	Simulação	Elisão lícita	Elisão lícita
Doutrinador 8	Fraude à lei	Abuso de direito	Simulação
Doutrinador 9	Simulação	Elisão lícita	Simulação



Critérios na análise de planejamentos tributários

- Simulação: vivência do negócio jurídico declarado. Substância sobre a forma
- Interpretação para proteger a norma da ineficácia. Evitar o abuso de direito e a fraude à lei.

Inq. 4146, informativo STF 831

Delito de evasão de divisas, manutenção de ativos no exterior não declarados às autoridades brasileiras

A defesa sustentava a atipicidade da conduta verificada. Valores estavam em nome de “*trusts*”.

“Os elementos indiciários colhidos na investigação revelariam que o denunciado seria, de fato, o responsável pela origem e, ao mesmo tempo, o beneficiário dos valores depositados nas referidas contas. Embora o “*trust*” fosse modalidade de investimento sem regulamentação específica no Brasil, não haveria dúvidas de que o acusado deteria, em relação a essas operações, plena disponibilidade jurídica e econômica. Assim, a circunstância de os valores não estarem formalmente em seu nome seria absolutamente irrelevante para a tipicidade da conduta”.



RE 704292, informativo STF 832

“O relator teceu considerações sobre o princípio da legalidade tributária e apontou para o esgotamento do modelo da tipicidade fechada como garantia de segurança jurídica. O legislador tributário pode valer-se de cláusulas gerais. (...) Assim, a ortodoxa legalidade tributária, absoluta e exauriente, deve ser afastada, tendo em vista a complexidade da vida moderna e a necessidade de a legislação tributária adaptar-se à realidade em constante transformação. Nesse sentido, deve-se levar em conta o princípio da praticidade no direito tributário e a eficiência da Administração Pública. Essa tem sido a tendência jurisprudencial da Corte”.



CONCLUSÕES

- Planejamento tributário, problema de interpretação da lei. Novos paradigmas.
- *Influxo de princípios (segurança/justiça) na interpretação da lei.*
- *Identificação da substância do negócio.*
- *Identificação do substrato econômico previsto na norma.*

Obrigado.

<https://idg.carf.fazenda.gov.br/publicacoes/arquivos-e-imagens-pasta/coletanea-jurisprudencia-carf-julgados-2013-pgfn.pdf>

